

CORREIO SUDESTE

Divulgação/Seeduc



Migração contribui para a permanência dos docentes

RJ: Mais de 5 mil professores conquistam 30 horas semanais

O Governo do Estado do Rio de Janeiro convocou, somente este mês, mais de 5,4 mil professores da rede estadual para a migração da carga horária de 18 para 30 horas semanais. Na última sexta-feira (22), uma nova convocação contemplou mais de 2 mil docentes no Diário Oficial. A medida atende a uma reivindicação antiga da categoria e melhora as condições de trabalho. A ampliação garante impacto direto na remuneração dos profissionais beneficiados, cujos rendimentos serão atualizados conforme a tabela de vencimentos do Professor Docente I – 30h. A mudança de regime poderá refletir na aposentadoria e mantém o nível e referência de cada servidor no Plano de Carreira do Magistério.

Qualificação e promoção de servidores

Além da migração de carga horária, a política de valorização da categoria inclui 476 promoções por formação para quem concluiu pós-graduação e 94 adicionais para mestres e doutores. Houve ainda 73 progressões entre servidores administrativos. A Secretaria de Educação ampliou a formação continuada com 15 novos cursos para até 61 mil servidores, abordando temas como gestão escolar, combate à evasão e tecnologias digitais de ensino.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Ausência de atendimento preferencial é ato discriminatório

Alerj aprova lei que protege idosos

O Estado do Rio passa a contar com sanções administrativas a práticas e atos discriminatórios contra pessoas idosas. É o que institui a Lei 11.195/26, de autoria original do deputado Anderson Moraes (PL), que foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sancionada pelo Poder Executivo e publicada no Diário Oficial desta segunda-feira (25). Segundo a medida, qualquer forma de discriminação contra idosos fica proibida. A norma também estabelece uma série de condutas que passam a ser consideradas infrações.

Infrações causam multa de R\$ 744

É proibido impedir ou dificultar a locomoção de idosos em estabelecimentos públicos e de serviços, restringir o acesso a locais como bares, restaurantes, hotéis, cinemas e teatros, além de criar exigências indevidas para contratação ou manutenção de emprego. Nos casos de infração, será aplicada a multa equivalente a R\$ 744, com os valores revertidos para o Fundo para a Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Saúde feminina

O Rio ampliou a campanha sobre métodos contraceptivos por meio da Lei 11.194/26. A norma, aprovada pela Alerj, inclui o implante subdérmico no rol de informações divulgadas a mulheres e jovens. O objetivo da proposta, do ex-deputado Daniel Martins, é combater a gravidez não planejada na adolescência.

Gestantes

O Rio terá o Programa Estadual de Fisioterapia Obstétrica por meio da Lei 11.197/26. A norma, aprovada pela Alerj e proposta por Thiago Gagliasso, oferece serviços para o bem-estar de gestantes no pré-natal da rede pública. O governador Ricardo Couto vetou o artigo sobre o acompanhamento físico durante a gestação.

Aço no Rio

O estado produziu 2,7 milhões de toneladas de aço bruto no primeiro quadrimestre do ano, equivalente a 25,9% do total nacional. Segundo o Instituto Aço Brasil, a produção fluminense em abril foi de 640 mil toneladas. O volume consolidou o estado como um dos principais polos da siderurgia no país.

Troca na SEPPEN

O governador em exercício, Ricardo Couto, nomeou a inspetora Alessandra Odawara como nova secretária de Polícia Penal do Rio. Servidora de carreira há 17 anos, ela já dirigiu a Escola de Inteligência Penitenciária (EINPERJ) e era assessora-chefe da pasta. Odawara assume o cargo com foco em segurança e inteligência estratégica.

Arraiá em Niterói

O Arraiá de Niterói agitará o Caminho Niemeyer entre 3 e 7 de junho, com cinco dias de programação gratuita. O evento terá shows de forró, pagode, samba, apresentações de quadrilhas, praça de alimentação com comidas típicas e atrações infantis. A entrada é franca, com doação opcional de 1 kg de alimento não perecível.

Orquestra

A Orquestra Filarmônica Metropolitana fará um concerto sacro no dia 1º de junho, na Igreja Matriz de São Gonçalo. A apresentação gratuita marca a abertura da semana de Corpus Christi, período em que a cidade confecciona o maior tapete de sal da América Latina. O ingresso deve ser retirado na plataforma Sympla.



Possível transferência de presídio fez Jairinho mudar a equipe

Caso Henry: Jairinho tenta adiar sessão, sem sucesso

Réu muda equipe para não ir à presídio de segurança máxima

A Justiça do Rio de Janeiro retomou, nesta segunda-feira (25), o julgamento do ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, conhecido como Jairinho, e de Monique Medeiros, acusados pela morte do menino Henry Borel, de 4 anos, em março de 2021. Ele era para ter começado em março, mas uma manobra da defesa de Jairinho adiou a ação para maio.

Ao se iniciar o julgamento, tentaram remarcar a data, sob a alegação de que um dos advogados do ex-parlamentar teria sofrido um infarto no sábado (23) e que ele era uma peça importante por ser apto a “conduzir os questionamentos relacionados a outros processos em que ele responde por acusações de agressão”. Segundo o réu, sem a presença dele, sua defesa estaria comprometida. “O que eu mais queria hoje era começar esse plenário e terminar, mas estou indefeso”, declarou.

A juíza Elizabeth Machado Louro, então, diante disso, afirmou que a sessão não poderia seguir e que iria acatar a solicitação da acusação de transferir Jairinho de Bangu 8 para Bangu 1, até a retomada de uma novo julgamento. Com isso, o ex-vereador voltou atrás, recompôs a equipe de defesa e decidiu seguir no julgamento sem o advogado afastado. Entre os defensores do ex-parlamentar está seu filho, Luís Fernando Abdul Figueiredo Santos.

A sessão acontece no 2º Tribunal do Júri da Capital, no Centro do Rio. Por volta das 12h30, foi formado o Conselho de Sentença, composto por cinco homens e duas

mulheres. Ao longo do dia, devem ser ouvidos os delegados Henrique Damasceno e Ana Carolina Lemos, responsáveis pela investigação, além de um médico legista e um perito

O promotor Fábio Vieira afirmou esperar que o julgamento dure entre cinco e sete dias. Segundo ele, há provas consistentes da participação de Jairinho no crime e da omissão de Monique. “Há provas robustas no sentido de que Jairo mata a criança e de que Monique, sabendo há muito tempo que ela vinha passando por essa situação, se mantém inerte”, afirmou.

O Tribunal do Júri é a instância da Justiça encarregada de julgar crimes dolosos contra a vida, como os homicídios. Nesses casos, a decisão não fica apenas nas mãos de um magistrado: sete cidadãos escolhidos para formar o Conselho de Sentença são responsáveis pelo veredito. À juíza cabe conduzir a sessão, garantir o cumprimento das regras do julgamento e definir a pena em caso de condenação. Já a decisão sobre absolver ou condenar os réus é tomada exclusivamente pelos jurados.

A votação é de forma sigilosa, por meio de quesitos apresentados pela magistrada. O resultado é definido por maioria simples, ou seja, com pelo menos quatro votos no mesmo sentido. Durante todo o julgamento, os jurados devem permanecer incomunicáveis; são proibidos de discutir o caso entre si, acessar redes sociais ou manter contato com testemunhas e pessoas envolvidas no processo.